

1º, § 1º, incluídos "migrantes, visitantes, apátridas e refugiados em situação de privação de liberdade no Brasil"; b) exclusão do inciso I do artigo 2º, que se refere a tortura ou terrorismo; c) Alteração do art. 1º, § 1º, III, que trata de apenados que tenham filho ou filha de até doze anos de idade ou de qualquer idade se pessoa com doença crônica grave ou com deficiência para limitar a exigência de prova da necessidade de cuidados aos presos; d) alteração do art. 1º, § 1º, VI, que trata de apenados que tenham neto ou neta de até doze anos de idade ou de qualquer idade se pessoa com deficiência que comprovadamente necessite de seus cuidados e esteja sob a sua responsabilidade, adotando-se a seguinte redação: "pessoas com deficiência, nos termos do art. 2º do Estatuto da Pessoa Com Deficiência (Lei nº 13.146/15); e) Exclusão dos atuais incisos: V, que trata de crimes praticados, com violência ou grave ameaça, contra agente penitenciário, policial militar ou policial civil; do inciso VI: que trata sobre crimes tipificados nos artigos 240 e parágrafos, 241 e 241-A e § 1º, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; do inciso VII: que trata sobre crimes tipificados nos artigos 215, 216-A, 218 e 218-A, do Código Penal e inciso VIII: que trata sobre crimes tipificados nos artigos 312, caput e § 1º, 313, 316, 317, 332 e 333, do Código Penal, todos os incisos do artigo 2º; f) exclusão do inciso II do artigo 3º, que trata sobre os condenados e condenadas que tenham sido incluídos(as), em qualquer momento do cumprimento da pena, no Sistema Penitenciário Federal, salvo na hipótese em que o recolhimento se justifique por interesse do próprio preso (artigo 3º, Lei 11.671 de 2008); g) exclusão do inciso III do artigo 3º, que trata sobre condenados e condenadas que sejam reconhecidos(as) judicialmente como integrantes de facção criminosa; h) exclusão do inciso IV do artigo 3º; i) alteração do artigo 12, que trata sobre o indulto e a comutação de que trata este Decreto não se estendem às penas acessórias previstas no Código Penal Militar; j) alteração do artigo 16 que trata sobre a declaração de indulto e de comutação das penas terá preferência sobre a decisão de qualquer outro incidente no curso da execução penal, salvo medidas urgentes; k) alteração do § 3º do artigo 16. A Conselheira Alessa Pagan, em seus apontamentos em referência à minuta do Decreto de indulto de 2017 apresentada pelo relator, endossou as contribuições apresentadas pelo Conselheiro Diogo Malan e sugeriu as seguintes contribuições: a) Separação do inciso V, do § 1º, do artigo 1º que trata sobre pessoas que tenham neto ou neta de até doze anos de idade ou de qualquer idade se pessoa com deficiência que comprovadamente necessite de seus cuidados e esteja sob a sua responsabilidade para constar aberto ou livramento condicional em inciso diverso do semiaberto; b) Inclusão de artigo com previsão de indulto da multa; c) Alteração do art.9º, caput, que trata sobre a concessão do indulto às pessoas submetidas a medida de segurança que, independentemente da cessação de periculosidade, tenham suportado privação da liberdade, internação ou tratamento ambulatorial por período igual ou superior ao máximo da pena cominada à infração penal correspondente à conduta praticada para "indulto às pessoas submetidas a medida de segurança considerando a pena mínima em abstrato e não a pena máxima". O Conselheiro Fernando Fragoso, pedindo vênica, votou inteiramente contra a proposta do relator, tendo em conta que traduz obstáculos ainda maiores do que os presentes no decreto do ano de 2016. Esclareceu que estaria disposto a apoiar um decreto nos termos do que foi promulgado no ano de 2015, o que ficou rejeitado pelo plenário. O Conselheiro Ruy Celso Barbosa Florence, em seus apontamentos em referência à minuta do Decreto de indulto de 2017 apresentada pelo relator, indicou ressalva para que seja excluído da referida minuta o artigo 13 e seu parágrafo único, que tratam dos efeitos da condenação e da pena de multa aplicada, cumulativamente ou não, com a pena privativa de liberdade, argumentando que o indulto deve atingir também essas penas pecuniárias, pois as mesmas, pelo disposto no Código Penal, quando não pagas, ficam sujeitas execução fiscal após inscrição em dívida ativa nas unidades federadas competentes, sendo que muitos estados têm optado em protestar e inscrever tais débitos nos órgãos de proteção ao crédito, dificultando sobremaneira a vida do egresso do sistema, incentivando assim a reincidência. Após amplo debate, a minuta apresentada pelo Relator Conselheiro Ulysses Oliveira obteve doze votos a favor, quais sejam: Presidente Cesar Morales, Conselheiro Aldovandro Fragoso, Conselheiro Ariovaldo Toledo, Conselheiro Carlos Sodré, Conselheiro Fernando Kfourir, Conselheiro Joao Fagundes, Conselheiro Máximo Alves, Conselheiro Olheno Souza, Conselheiro Otávio Toledo, Conselheiro Roberto Porto, Conselheira Tais Ferraz, Conselheiro Vilobaldo Carvalho. Sete membros votaram pela aprovação da minuta apresentada pelo relator, no entanto com ressalvas, quais sejam: Conselheira Alessa Pagan, Conselheiro Arthur Correa, Conselheiro Diogo Malan, Conselheiro Fernando Fragoso, Conselheira Maria Gabriela Peixoto, Conselheiro Ruy Celso Florence e Conselheiro Paulo Antônio de Carvalho. A proposta de Decreto de indulto presidencial para o ano corrente apresenta pelo Relator fora aprovada pelo Plenário, em sua maioria, e será encaminhada para o Gabinete do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. Seguindo os itens de pauta, o Conselheiro Arthur Correa apresentou os artigos finais acerca da minuta de Resolução que trata da política de implantação de Monitoração Eletrônica. Após análise, a Resolução foi aprovada pelo Plenário. Em prosseguimento aos itens de pauta, o Conselheiro Paulo Carvalho apresentou parecer sobre processo n. 08001.006092/2016-17, o qual se refere a Ofício encaminhado pela FENASPEN (Federação Sindical Nacional de Servidores Penitenciários) propondo assegurar a participação de representante da entidade no CNPCP. Após leitura, o parecer do Conselheiro Paulo Carvalho, no sentido de rejeição da proposta da FENASPEN, foi aprovado pelo Plenário. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Jefferson Alves Lopes, analista do Ministério da Justiça, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

CESAR MECCHI MORALES
Presidente do Conselho

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA EXECUTIVA COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 6.086, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/91316 - DPF/VDC/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0152-48, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.096, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/82405 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GR - GARANTIA REAL SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 68.317.817/0002-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 2257/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.125, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/92927 - DPF/MBA/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0126-56, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

30 (trinta) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.162, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/80118 - DPF/JNE/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITAPUI BARBALHENSE INDÚSTRIA DE CIMENTOS S/A, CNPJ nº 07.052.194/0001-18 para atuar no Ceará.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.258, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/32783 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 16.328.205/0004-83, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 1325/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.451, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95816 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 15.809.346/0001-02 para atuar no Amazonas.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.454, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/57869 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0058-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1999/2017 (CNPJ nº 17.428.731/0058-70); nº 2115/2017 (CNPJ nº 17.428.731/0063-38); nº 1957/2017 (CNPJ nº 17.428.731/0069-23); nº 2116/2017 (CNPJ nº 17.428.731/0065-08); nº 1955/2017 (CNPJ nº 17.428.731/0067-61); nº 2368/2017 (CNPJ nº 17.428.731/0071-48); nº 2369/2017 (CNPJ nº 17.428.731/0061-76); nº 2547/2017 (CNPJ nº 17.428.731/0070-67); nº 2370/2017 (CNPJ nº 17.428.731/0068-42); nº 2371/2017 (CNPJ nº 17.428.731/0064-19); nº 1956/2017 (CNPJ nº 17.428.731/0062-57) e nº 2372/2017 (CNPJ nº 17.428.731/0066-80).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.455, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/62872 - DPF/PFO/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COTRIJAL COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL, CNPJ nº 91.495.549/0001-50 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2548/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.494, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/76462 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa LOJAS COLOMBO S.A. COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS, CNPJ nº 89.848.543/9370-80, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

72 (setenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.541, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/85345 - DPF/IJI/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STV - SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 88.191.069/0012-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2460/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA